

ENTREVISTA ■

Cas Mudde: “Partidos de extrema direita foram normalizados”

Entrevista à Revista Aurora¹

Professor de Relações Internacionais na Universidade de Geórgia, nos Estados Unidos, o cientista político holandês Cas Mudde é referência quando o assunto é a extrema direita mundial. Não tem como pesquisar o assunto sem passar por suas obras. Escreveu diversos livros não traduzidos em nosso país. No Brasil, sua única obra publicada é “A extrema direita hoje” (eduerj). Nesta entrevista concedida à Aurora, ele reflete sobre a extrema direita mundial, faz uma reflexão a respeito da transformação estrutural das democracias, sobre o ambiente político global e pondera as possibilidades nas eleições brasileiras de 2026.

A partir de uma perspectiva que analisa diferentes lideranças e partidos, Cas Mudde conceituou a quarta onda da extrema direita que revela a consolidação e a normalização desse espectro político, deixando de se posicionar a margem do sistema para ser aliado aceitável na formação de coalizões, impulsionado tanto por mudanças sociais quanto por alterações profundas na lógica da comunicação política.

Durante a entrevista, Mudde se mostra cético em relação às reflexões que condicionam a ascensão da extrema direita à atuação nas redes sociais, pois essa explicação simplifica demais um fenômeno complexo. Para ele, a mudança mais decisiva ocorreu nos meios de comunicação convencionais. Também destaca que os políticos tradicionais, em vez de liderarem debates públicos, têm seguido a agenda definida pela extrema direita. Lideranças como Donald Trump e Jair Bolsonaro conseguem influenciar os caminhos da agenda política e são exemplos proeminentes da radicalização da direita radical.

Ao falar especificamente da política brasileira, Mudde observa que nosso campo político opera essencialmente sob lógica de coalizão, o que ajuda a expli-

7

¹ Entrevista feita por Fabricio Amorim; Silvana Martinho; Mercia Alves e Arthur Spada em dezembro de 2025. Tradução livre. Original em inglês encontra-se após a tradução em português na página 16.

car a fragmentação da direita entre campos mais democráticos e o bolsonarismo. Nas eleições de 2026, projeta um cenário em que o primeiro turno deve revelar uma direita dividida e acredita que o segundo turno deve reordenar o campo político brasileiro em um confronto direita versus esquerda, com votos sendo mobilizados mais por rejeição do que por entusiasmo.

Além disso, Mudde chama atenção para o crescimento da polarização afetiva: a transformação de adversários legítimos em inimigos existenciais. O antagonismo emocional crescente, afirma ele, molda não apenas as estratégias eleitorais, mas a própria percepção que cidadãos têm uns dos outros dentro da democracia. Nesse sentido, é crescente a visão de que imigrantes constituem uma ameaça à identidade nacional e a segurança. Termos como “cidadãos de bem” ou “povo” são utilizados como instrumentos de exclusão que definem quem são os indesejáveis que devem ser banidos de volta à sua terra natal.

A entrevista com Cas Mudde aprofunda todos esses temas e oferece um panorama crítico e fundamentado sobre os rumos da política contemporânea.

Revista Aurora: Os partidos de extrema direita vêm ganhando terreno no Parlamento Europeu, surgindo como a terceira ou até mesmo a segunda força eleitoral mais relevante em seus respectivos países, conforme seu apoio eleitoral continua a crescer. Como você avalia a ascensão global dos partidos de extrema direita, como Chega, Vox e AfD, assim como a apropriação de partidos políticos na América do Norte e do Sul por figuras como Donald Trump no Partido Republicano e Jair Bolsonaro no Partido Liberal? A crescente viabilidade eleitoral desses movimentos leva à normalização de suas ações?

Cas Mudde: Hoje, partidos de extrema direita já são o maior partido em um número crescente de países, da Itália à Índia e aos Estados Unidos. Além disso, em muitos países eles são o maior partido da direita, como no Chile e na Suécia. Por causa de seu crescente apoio eleitoral e da capacidade de definir a agenda política, os partidos de extrema direita tornaram-se crescentemente *Koalitionsfähig*, ou seja, aceitáveis para a formação de coalizões. Apenas alguns países ainda mantêm o chamado *cordon sanitaire*, isto é, a exclusão da extrema direita de coalizões de governo e mesmo nesses países, as narrativas da extrema direita já se tornaram *mainstream* (como na Bélgica e na Alemanha).

Mas não apenas as ideias e os partidos de extrema direita se tornaram *mainstreamed*, isto é, passaram a integrar o “*mainstream*” político; eles também se tornaram “normalizados”, ou seja, percebidos como “normais”. Por exemplo, a ideia de que o multiculturalismo fracassou tornou-se quase um ponto de “senso comum” na Europa, propagada não só por políticos de extrema direita, mas também por líderes do “*mainstream*”, como a ex-chanceler alemã Angela Merkel, o ex-presidente francês Nicolas Sarkozy e o ex-primeiro-ministro britânico David Cameron (todos fizeram essas declarações enquanto estavam no cargo). Pelo mundo, a imigração é cada vez mais vista como ameaça à identidade nacional e à segurança — particularmente a imigração de muçulmanos — e até mesmo o conceito de asilo político está sob ameaça. Além disso, em muitos países, termos como “cidadãos de bem” ou “o povo” são usados quase exclusivamente para descrever a base de apoio dos partidos de extrema direita.

Embora praticamente todos os países tenham visto um desenvolvimento semelhante — isto é, partidos de extrema direita emergindo das margens, entrando no parlamento, aumentando seu apoio, o que leva partidos tradicionais primeiro a *mainstreaming* e depois a normalizar

suas posições — a extensão e a velocidade desse processo variam. Como dito, alguns países ainda mantêm um *cordon sanitaire*, excluindo a extrema direita das coalizões (notadamente Bélgica e Alemanha). E enquanto o processo que vai da “quebra eleitoral” ao status de *Koalitionsfähig* levou décadas em países como Holanda e Suécia, levou menos de uma década em Portugal e na Espanha.

Revista Aurora: No seu livro *A extrema direita hoje* (ed. UERJ), você categoriza o espectro político da extrema direita em dois grandes grupos: a direita radical (*radical right*) e a direita extrema (*extreme right*), que têm visões opostas sobre democracia. Com base nessas definições, onde você colocaria figuras como Donald Trump e Jair Bolsonaro?

Cas Mudde: Na verdade, eu divido a “extrema direita” em “direita radical” (*radical right*) e “direita extrema” (*extreme right*). A tradução portuguesa está correta; a tradução brasileira escolheu outro termo, contra minha preferência. De qualquer forma, Bolsonaro e Trump são exemplos proeminentes da radicalização da direita radical — outra característica da quarta fase — o que levou ao surgimento de partidos e políticos híbridos, que se apresentam principalmente como “direita radical”,

mas também apoiam ações, ideias e políticas da “direita extrema”. O aspecto mais notável, para esses dois, é o apoio a um golpe de Estado em 8 de janeiro de 2022 e 6 de janeiro de 2021, respectivamente. Além disso, ambos expressaram apoio a regimes autoritários, tanto em teoria (Trump) quanto na prática (a nostalgia de Bolsonaro pela ditadura). Como combinam elementos da direita radical e da direita extrema, a melhor forma de classificá-los é como “extrema direita” (far right). O mesmo vale para o provável próximo presidente do Chile, José Antonio Kast, simpatizante de Pinochet. Partidos e políticos abertamente de direita extrema ainda são relativamente raros, mas as fronteiras estão mudando, à medida que o antisemitismo e o racismo abertos se tornam mais comuns — assim como declarações e ações antidemocráticas, como o “Estado iliberal” de Viktor Orbán na Hungria ou as várias ações inconstitucionais do governo Trump 2.0.

Revista Aurora: Que papel a presidência de Donald Trump teve no fortalecimento da extrema direita global?

Cas Mudde: Isso não é tão fácil de dizer. Eleições são esmagadoramente nacionais. As pessoas não votam na extrema direita no país A porque a extrema direita é popular no país B.

Dito isso, alguns eleitores podem ter considerado no passado que votar na extrema direita era um voto perdido ou irrealista e, depois do *Brexit* e de Trump, mudaram de opinião — já que ambos foram exemplos de “o impossível tornando-se possível”. Além disso, ter um “amigo” percebido na Casa Branca pode dar a um líder de extrema direita uma aura de poder e respeitabilidade — embora cada vez menos políticos de extrema direita precisem disso, já que se tornaram amplamente parte do *mainstream* e normalizados em seus próprios países.

Se algo, a presidência de Trump é boa para todos os líderes autoritários, incluindo os de extrema direita, já que Trump não se interessa por corrupção ou direitos humanos e manterá os EUA longe de pressioná-los. Mas isso não é específico aos autoritários de extrema direita — como fica claro na relação relativamente calorosa de Trump com o ditador norte-coreano Kim Jong-un. Na verdade, Trump não fez muito pelos líderes de extrema direita — veja como a Índia também foi atingida por tarifas, apesar de o primeiro-ministro Narendra Modi ter feito campanha com Trump em Houston em 2019. Uma exceção notável recente pode ser o “resgate” de 40 bilhões de dólares ao presidente argentino Javier Milei.

Revista Aurora: As dinâmicas críticas do capitalismo global colocam as democracias liberais diante de um dilema: de um lado, a necessidade de manter responsabilidade institucional, frequentemente resultando em políticas tecnocráticas e impopulares; de outro, a pressão para oferecer respostas populares às demandas sociais e culturais de uma cidadania marcada pela insegurança, desigualdade e sentimento de perda de pertencimento, com o aumento de sentimentos nativistas em diversos países. Nesse contexto, como a teoria democrática pode evoluir para avaliar criticamente suas limitações institucionais e culturais, sem reduzir suas instituições a meros componentes do problema, enquanto responde à insatisfação e ao conflito cultural que a extrema direita parece explorar de forma mais eficaz?

Cas Mudde: Essa é difícil. A tensão entre política “responsável” e política “responsiva”, para usar os termos do meu falecido orientador Peter Mair, é de fato um desafio para partidos democráticos liberais na era da globalização neoliberal. Durante o auge do neoliberalismo, nas décadas de 1980 e 1990, muitos partidos moveram-se quase completamente para a política “responsável”, seguindo as direções “do mercado” (ou, pelo menos, de seus porta-vozes autorizados, princi-

palmente economistas neoliberais e líderes do Banco Mundial e da OMC). Em contraste, populistas — de qualquer orientação política — ofereciam uma política totalmente “responsiva”, isto é, “dar ao povo o que ele quer”. O problema é que, como Alexis Tsipras aprendeu na Grécia, políticas responsivas consideradas “irresponsáveis” (pelos poderes neoliberais) têm um preço alto. Isso também é algo que Trump, ou melhor, seus apoiadores nos EUA, estão começando a sentir à medida que as consequências das tarifas afetam o país.

Mas não acredito que essas sejam as únicas duas opções. A política “responsável” não está sempre em oposição à “responsiva”, particularmente para partidos de centro. Onde os políticos “responsáveis” erraram, creio, foi ao afirmar que “não há alternativa” (TINA — *There Is No Alternative*) para suas políticas. A política TINA despolitiza a política ao fingir que não há escolhas possíveis. Mas, como Brexit e Trump demonstraram, existem escolhas e alternativas. Para muitas pessoas, porém, essas alternativas simplesmente não valem o preço. Acho importante repolitizar a política responsável, explicando, em termos ideológicos, por que você opta por essas políticas. Porque é sempre uma escolha.

Não defendo nem aceito a hegemonia permanente do neolibera-

lismo. Acredito que podemos e devemos redefinir a política “responsável” em termos democráticos liberais em vez de neoliberais — e esses dois elementos podem ser tanto compatíveis quanto conflitantes. Também creio que os políticos devem liderar, e não seguir, o que significa definir a agenda política e tentar convencer os eleitores sobre quais são os temas mais importantes e quais são as melhores políticas para esses temas. Nos últimos anos, partidos de extrema direita têm dominado demais a agenda política, muitas vezes com ajuda consciente ou inconsciente da mídia (neoliberal) e da política tradicional.

Revista Aurora: Movimentos de extrema direita contemporâneos têm utilizado sistematicamente plataformas digitais, combinando estética do entretenimento, teorias conspiratórias e campanhas de desinformação para mobilizar emoções e construir identidades políticas transnacionais. Como você interpreta o papel da comunicação digital e da cultura do espetáculo na consolidação da extrema direita global? Esse fenômeno representa uma ruptura com formas tradicionais de mediação política ou uma radicalização da lógica já existente na democracia de massa?

Cas Mudde: Sou cético quanto à narrativa dominante que afirma que a ascensão do “populismo” (frequentemente usado como eufemismo para extrema direita) é consequência das redes sociais. Primeiro, porque a extrema direita já estava em ascensão muito antes da onipresença das redes sociais — em países como Áustria, França, Israel, Índia e EUA. Segundo, porque muitos atores de extrema direita não são particularmente habilidosos no uso das redes sociais — aqui, como tantas vezes, escolhemos o “caso dependente”: generalizamos com base em usuários excepcionalmente competentes, como Charlie Kirk, Matteo Salvini ou Geert Wilders. Terceiro, embora as pessoas votem mais na extrema direita, as sociedades como um todo não se deslocaram para a direita na maioria dos países. Quarto, a maioria dos estudos confiáveis mostra, no máximo, efeitos modestos das redes sociais sobre o voto. Isso não significa negar o papel das redes sociais, mas dizer que ele não é transformador. Eu vejo as redes sociais mais como catalisadoras do *mainstream* e da normalização da extrema direita, processos já impulsionados pelos “*mainstreams*” cultural, econômico e político.

A transformação muito mais importante ocorreu na “mídia tradicional”, da televisão à imprensa, que mudou significativamente por causa

do neoliberalismo, com a introdução de uma lógica midiática neoliberal, que “perseguem cliques e audiência” enfatizando posições extremas e escândalos. Isso ajudou outsiders em geral, mas especialmente outsiders “escandalosos”, que em muitos países significam a extrema direita. Também tornou a mídia tradicional vulnerável a manipulações das redes sociais — reforçada pelo fato de que jornalistas são “extremamente online”, frequentemente confundindo redes sociais com a realidade. Por fim, tanto as redes sociais quanto a mídia tradicional têm sido cada vez mais controladas por bilionários de extrema direita (como Elon Musk e o Twitter/X) ou por bilionários que usam sua mídia para proteger ou garantir apoio governamental (como Jeff Bezos e o Washington Post).

Revista Aurora: Como você avalia as ações da extrema direita no Brasil em contraste com a preservação do Estado democrático de direito, considerando os eventos violentos de 8 de janeiro de 2023 — que se assemelharam ao ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021 — e os subsequentes processos judiciais contra Jair Bolsonaro no STF, bem como a tentativa do Congresso de aprovar uma anistia aos envolvidos na tentativa de golpe?

Cas Mudde: Não tenho certeza de que a principal diferença entre Brasil e EUA esteja na extrema direita. Está, na verdade, no campo democrata liberal, especialmente no campo da direita democrática. Em muitos aspectos, os bolsonaristas copiaram Trump e o movimento MAGA. No entanto, havia diferenças importantes. Por exemplo, Trump estava no poder em 6 de janeiro de 2021; Bolsonaro já estava fora do poder em 8 de janeiro de 2023. Como consequência, Lula pôde invocar sua autoridade legítima como presidente para enfrentar a tentativa de golpe — apesar da colaboração do governador do Distrito Federal. Acredito firmemente que o Capitólio dos EUA jamais teria sido invadido sob um presidente democrata. De fato, acho que ele nem teria sido atacado, porque um presidente democrata teria convocado a Guarda Nacional, como foi recomendado, e isso teria impedido todos, exceto os grupos mais extremistas e violentos (como talvez os Oath Keepers e os Proud Boys).

Mas a política brasileira também é mais fragmentada que a política dos EUA. Com algumas exceções, como o Partido dos Trabalhadores (PT), os partidos brasileiros são pouco organizados e politicamente fracos. Além disso, apesar do presidencialismo, a política brasileira funciona

essencialmente como política de coalizão, especialmente no Congresso. Isso significa que a direita mais ou menos democrática se dividiu, parte alinhando-se com Lula, parte com Bolsonaro. Lembre-se também de que houve uma divisão séria dentro do campo original do bolsonarismo, com neoliberais e outros direitistas (como Sergio Moro) rompendo com Bolsonaro. E, novamente, Bolsonaro estava politicamente mais fraco no momento do golpe, já fora do cargo. Em contraste, Trump havia perdido a eleição, mas ainda estava na Casa Branca e tinha parte do Partido Republicano minando o resultado eleitoral no Congresso. Consequentemente, já havia políticos de extrema direita buscando substituir Bolsonaro como líder da direita, com menos incentivo para apoiar o golpe.

Dito isso, é importante não exagerar nem o poder nem a popularidade de Trump, nem a inevitabilidade de seu retorno ao poder. Na noite das eleições de meio de mandato de 2022, Trump estava praticamente politicamente morto. Alguns de seus candidatos preferidos haviam sido derrotados de forma contundente, e muitos grandes doadores e veículos conservadores haviam declarado apoio ao governador da Flórida, Ron DeSantis. Quando Trump anunciou sua candidatura em 2024, em parte

para manter relevância política, o interesse da mídia foi tão baixo que até a Fox News abandonou a transmissão no meio do evento. E quase metade dos republicanos dizia querer que o partido continuasse em frente sem Trump. Mas então a campanha de DeSantis implodiu, as elites migraram para Nikki Haley — impopular na base — e Trump voltou como a única opção realista para derrotar os democratas.

Revista Aurora: As eleições presidenciais de 2026 no Brasil devem manter um ambiente político altamente polarizado, embora sem a candidatura de Jair Bolsonaro, que está inelegível. A disputa será marcada pelo medo, por parte de um segmento da população, de uma possível continuidade de Lula e do PT. Você acredita que essa polarização favorece candidatos da extrema direita?

Cas Mudde: É extremamente arriscado prever qualquer coisa em política hoje, especialmente em um contexto tão volátil quanto o Brasil contemporâneo. Não sabemos como estará o cenário político naquele momento — dadas as políticas voláteis nos EUA e suas possíveis repercussões globais. Ainda assim, o mais interessante será o primeiro turno, mais do que o segundo. No primeiro turno, a extrema

direita brasileira provavelmente estará bastante dividida. Mas no segundo turno, provavelmente será direita versus esquerda, com muitas pessoas votando contra um candidato, e não a favor. Isso significa que, independentemente de quem for o candidato de direita no segundo turno — seja de direita tradicional ou extrema direita — a grande maioria das pessoas que votarem à direita no primeiro turno votará no candidato de direita no segundo (como vemos no crescimento de José Antonio Kast no Chile).

Como isso afetará a “polarização” ainda é incerto. Primeiro, o termo polarização é problemático e usado de forma ampla e imprecisa. Na maior parte dos países, há radicalização à direita, mas não (ou muito menos) à esquerda — tanto em políticas quanto, sobretudo, em relação à democracia liberal. Então, do ponto de vista ideológico, há mais radicalização da direita do que polarização simétrica. Em termos emocionais, porém, há crescente polarização — o que chamamos na ciência política de “polarização afetiva”. O que vemos é um antagonismo crescente entre pessoas dos campos de esquerda e direita, que veem o outro como inimigo ou ameaça, e não como adversário legítimo. Novamente, isso não é um fenômeno simétrico. Na maioria dos países, inclusive Brasil e EUA, isso

começou na direita e gerou reação na esquerda. Isso torna o compromisso político cada vez mais difícil — pois é visto como “traição” — e enfraquece o apoio à democracia liberal, na medida em que o outro campo é considerado ilegítimo.

Ainda assim, é possível que um candidato de direita democrática enfrente um candidato de extrema direita, e esse primeiro possa fazer campanha com uma agenda “centrista” para tentar reduzir a divisão. Em certa medida, foi assim que Lula venceu sua última eleição. No entanto, como vemos hoje no Brasil, isso não garante popularidade nem sucesso político.

Cas Mudde: “Far-right parties have been normalized”

Interview with Aurora Magazine

Professor of International Relations at the University of Georgia in the United States, Dutch political scientist Cas Mudde is a leading authority on the global far right. It is impossible to study the subject without engaging with his work. He has authored several books not yet translated into Portuguese. In Brazil, his only published work is “The Far Right Today”. In this interview with Aurora, he reflects on the global far right, the structural transformation of democracies, the global political environment, and the possibilities for the 2026 Brazilian elections.

From a perspective that examines different leaders and parties within this political spectrum, Cas Mudde does not hesitate to say that the far right has been normalized, meaning its actions are now perceived as normal, shifting from the margins of the system to an acceptable ally in coalition-building, driven both by social changes and deep alterations in the logic of political communication.

During the interview, Mudde expresses skepticism about explanations that link the rise of the far right primarily to social media, arguing that this oversimplifies a complex phenomenon. For him, the most decisive changes occurred in conventional media. He also highlights that traditional politicians, rather than leading public debates, have been following the agenda set by the far right. Leaders such as Donald Trump and Jair Bolsonaro are able to influence the political agenda and are prominent examples of the radicalization of the radical right.

Speaking specifically about Brazilian politics, Mudde observes that the political landscape operates essentially under a coalition logic, which helps explain the fragmentation of the right between more democratic factions and Bolsonaro supporters. For the 2026 elections, he projects a scenario in which the first round will reveal a divided right, and he believes the second round will restructure the Brazilian political field into a confrontation between right and left, with votes mobilized more by rejection than by enthusiasm.

Furthermore, Mudde draws attention to the growth of affective polarization: the transformation of legitimate adversaries into existential enemies. This rising emotional antagonism, he argues, shapes not only electoral strategies but also the very way citizens perceive each other within democracy. In this context,

there is a growing perception that immigrants pose a threat to national identity and security. Terms such as “good citizens” or “the people” are used as instruments of exclusion, defining who is undesirable and should be sent back to their country of origin.

The interview with Cas Mudde delves deeply into all these issues, offering a critical and well-founded overview of the current trajectory of contemporary politics

Aurora Magazine: Far-right parties have been increasingly gaining ground in the European Parliament, emerging as the third or even second strongest electoral forces in their respective countries, as their electoral support continues to grow. How do you assess the rise of far-right parties globally, such as Chega, Vox, and AfD, as well as the appropriation of political parties in North and South America by figures like Donald Trump in the Republican Party and Jair Bolsonaro in the Liberal Party? Does the increasing electoral viability of these movements lead to the normalization of their actions?

Cas Mudde: Today, far-right parties are even the biggest party in a growing number of countries, from Italy to India to the U.S. Moreover, in many countries they are the biggest right-wing party, as in Chile or Sweden. Because of their growing electoral support, and ability to set the political agenda, far-right parties have become

increasingly “Koalitionsfähig”, i.e. acceptable for coalition formation. There are only a few countries that still hold on to a so-called cordon sanitaire, i.e. an exclusion of the far right from government coalitions – and even in those countries, far-right narratives have become mainstreamed (i.e. Belgium and Germany).

But not only have far-right ideas and parties become “mainstreamed,” i.e. become part of the political “mainstream”, they have also become “normalized”, i.e. perceived as “normal.” For instance, the idea that multiculturalism has failed has become an almost “common sense” position in Europe, propagated not just by far-right politicians but also by leading “mainstream” politicians like former German Chancellor Angela Merkel, former French President Nikolas Sarkozy, and former British Prime Minister David Cameron (all made these statements while in office!). Across the world, immigration is increasingly seen as a threat to na-

tional identity and security, particularly immigration of Muslims, while even the concept of political asylum is under threat. In addition, in many countries terms like “concerned citizens” and “the people” are almost exclusively used for the support base of far-right parties.

While virtually all countries have seen a similar development – i.e. far-right parties emerge from the margins, break into the parliament, increase their support, which leads to mainstream parties first mainstreaming and later normalizing their positions – the extent and speed with which this development has taken place differs. As said, some countries still have a cordon sanitaire, excluding far-right parties from coalitions (notably Belgium and Germany). And while the process from electoral breakthrough to Koalitionsfähig took decades in countries like the Netherlands and Sweden, it took less than a decade in Portugal and Spain.

Aurora Magazine: In your book “The Far Right Today” (Polity books), you categorize the far-right political spectrum into two main groups: the radical right and the ultraradical right, which hold opposing views on democracy. Based on these defini-

tions, where would you place figures like Donald Trump and Jair Bolsonaro within these categories?

Cas Mudde: Actually, I divide the “far right” into the “radical right” and the “extreme right” – the Portuguese translation has this correct, the Brazilian translation chose another term, against my preference. Anyway, Bolsonaro and Trump are prominent examples of the radicalization of the radical right, another feature of the fourth phase, which has led to a growing number of hybrid parties and politicians, which mostly present themselves as “radical right” but also support “extreme right” actions, ideas and policies. Most notably, for these two, is their support for a coup d’etat, on January 8, 2022, and January 6, 2021, respectively. Moreover, both have expressed support for authoritarian regimes, both in theory (Trump) and in practice (Bolsonaro’s nostalgia for the dictatorship). As they combine extreme and radical right elements, they are best captured as “far right”. The same applies for the likely next president of Chile, José Antonio Kast, a supporter of Pinochet. Openly extreme right parties and politicians are still quite rare, but borders are shifting, as open antisemitism and ra-

cism have become more common as have anti-democratic statements and actions – think about Viktor Orbán’s “illiberal state” in Hungary or the various unconstitutional actions of the Trump 2.0 administration.

Aurora Magazine: What role do you think Donald Trump’s presidency played in strengthening the global far-right today?

Cas Mudde: This is not so easy to say. Elections are always overwhelmingly national. People don’t vote for the far right in country A, because the far right is popular in country B. That being said, some voters might have considered a vote for the far right a lost or unrealistic vote in the past and, after Brexit and Trump, changed their opinion – given that both were examples of “the impossible becoming possible”. Also, having a perceived friend in the White House can give a far-right leader an aura of power and respectability – although fewer and fewer far-right politicians need this, as they have become largely mainstreamed and normalized in their own country.

If anything, Trump’s presidency is good for all authoritarian country leaders, including far-right

ones, as Trump is not interested in corruption or human rights and will keep the U.S. of their back. But this is not specific to far-right authoritarians, as is clear from Trump’s rather warm relationship with the dictator of North Korea, Kim Jung-un. In fact, Trump has not really done too much for far-right country leaders – see how India was also hit with tariffs, despite Indian Prime Minister Narendra Modi campaigning with Trump in Houston in 2019. A notable recent exception might become the \$40 billion “bailout” for Argentinian President Javier Milei.

19

Aurora Magazine: The critical dynamics of global capitalism present liberal democracies with a dilemma: on one hand, the necessity of maintaining institutional responsibility, often resulting in technocratic and unpopular policies; on the other hand, the pressure to provide popular responses to the social and cultural demands of a citizenry marked by insecurity, inequality, and a sense of loss of belonging, with rising nativist sentiments in various countries. In this context, how can democratic theory evolve to critically assess its institutional and cultural limitations, without reducing its institutions to mere components

of the problem, while also addressing the dissatisfaction and cultural conflict that the far-right seems to exploit more effectively?

Cas Mudde: This is a difficult one. The tension between “responsible” and “responsive” politics, to use the terms of my late supervisor Peter Mair, is indeed a challenge for liberal democratic parties in the age of neoliberal globalization. During the heydays of neoliberalism, i.e. the 1980s and 1990s, many parties moved almost completely to “responsible” politics, i.e. following the directions of “the market” (or, at least, its accredited spokespeople, mostly neoliberal economists and World Bank and WTO leaders). In sharp contrast, populists, of whatever political persuasion, offered a fully “responsive” politics, i.e. “giving the people what they wanted.” The problem is, as Alexis Tsipras learned in Greece, that responsive politics that is deemed “irresponsible” (by the neoliberal powers) comes at a steep price. This is something that Trump, or rather his supporters in the U.S., increasingly experience too, as the consequences of the tariffs are hitting the country.

I don’t believe that these are the only two options though. So-

called “responsible” politics is not always in opposition to “responsive” politics, particularly for centrist parties. Where “responsible” politicians went wrong, I believe, is by claiming that “There Is No Alternative” (TINA) for their policies. “TINA politics” depoliticizes politics by pretending that there is no choice possible. But as both Brexit and Trump have shown, among others, there are choices and there are alternatives. However, for many people, these alternatives are simply not worth the price. I think it is important to repoliticize responsible politics, by explaining, in ideological terms, why you choose for these policies. Because it is always a choice.

20

I hereby neither defend nor accept the permanent hegemony of neoliberalism. I think we can, and should, redefine “responsible” politics in liberal democratic rather than neoliberal terms – the two can be both compatible and conflicting. I also think that politicians should lead rather than follow, which means that they should try to set the political agenda and try to convince (their) voters what the most important issues are and what the best policies on these issues are. In the last years, far-right parties have too often been able to dominate the political agenda,

consciously or unconsciously helped by the (neoliberal) media and (mainstream) politics.

Aurora Magazine: Contemporary far-right movements have systematically utilized digital platforms, blending entertainment aesthetics, conspiracy theories, and disinformation campaigns to mobilize emotions and construct transnational political identities. How do you interpret the role of digital communication and the culture of spectacle in consolidating the global far-right? Does this phenomenon represent a rupture with traditional forms of political mediation, or rather a radicalization of the existing logic within mass democracy?

Cas Mudde: I am skeptical about the dominant narrative that the rise of “populism” (often used as a euphemism for far right) is a consequence of social media. First, because the far right was already on the rise well before the omnipresence of social media – in countries like Austria, France, Israel, India, and the U.S. Second, because many far-right actors are not particularly skilled in social media – in this, as so often, we select on the dependent variable, by generalizing on the basis of exceptionally good social

media users like Charlie Kirk, Matteo Salvini, or Geert Wilders. Third, although people do vote more for far-right parties, societies as a whole have not shifted to the right-wing in most countries. Fourth, most reliable studies show at best minor social media effects on voting. This is all not to deny that social media play a role, but rather that the role is not transformative. Rather, I see social media as a catalyst for the mainstreaming and normalization of the far right, which was already driven by the cultural, economic and political mainstream.

I think a much more important transformation was in the “traditional media”, from television to the press, which has changed significantly because of neoliberalism, with the introduction of a neoliberal media logic, which “chases eyeballs” by emphasizing extreme positions and scandal. This has helped outsiders in general, but “scandalous” outsiders in particular, which in many countries means the far right. It also has made traditional media vulnerable to social media manipulation – helped by the fact that journalists are “extremely online”, often mistaking social media for reality. Finally, both social and traditional media have become increasingly owned by either

far-right billionaires (like Elon Musk and Twitter/X) or by billionaires who use their media to protect or secure government support (like Jeff Bezos and the Washington Post).

Aurora Magazine: How do you assess the actions of the far-right in Brazil, particularly in contrast with the preservation of democratic rule of law, when considering the violent events of January 8, 2023, which closely resembled the January 6, 2021 Capitol attack in the United States, as well as the subsequent legal proceedings against Jair Bolsonaro in the Federal Supreme Court (STF), and the attempt by Congress to pass legislation granting amnesty to those involved in the failed coup plot?

Cas Mudde: I am not so sure that the main difference between Brazil and the U.S. is about the far right. Rather, it is about the liberal democratic camp, and particularly the democratic right-wing camp. In many ways, the Bolsonaristas copied Trump and the MAGA movement. However, there were important differences. For one, Trump was in power on January 6, 2021, Bolsonaro was already out of power on January 8, 2022. As a consequence, Lula could call upon

his legitimate authority as president to fight off the coup attempt – despite collaboration by the governor of the Federal District. I firmly believe that the U.S. Capitol would never have been breached under a Democratic president. In fact, I think it wouldn't even have been stormed, as a Democratic president would have brought in the National Guard, as was advised, which would have held back all but the most extreme and violent protesters (like, perhaps, the Oath Keepers and Proud Boys).

But Brazilian politics is also more fragmented than U.S. politics. With some exceptions, notably the Workers' Party (PT), Brazilian parties are poorly organized and politically weak. Moreover, essentially, despite the presidential system, Brazilian politics is coalition politics, particularly in Congress. This means that the more-or-less democratic right-wing has been split, partly aligning with Lula, partly with Bolsonaro. Remember also that there was a serious split within the original Bolsonaro camp, with neoliberals and other right-wingers (like Sergio Moro) breaking with Bolsonaro. And, again, Bolsonaro was politically weaker at the moment of the coup, being already out of office. In contrast, Trump had lost the elec-

tions but was still in the White House and had a part of the Republican Party undermining the election result in Congress. Consequently, there were already far-right politicians who were looking to replace Bolsonaro as leader of the right-wing camp, who had less incentive to support the coup.

This all said, it is important to overstate neither the power or popularity of Trump nor the inevitability of his return to power. On the night of the 2022 Midterm elections, Trump was almost dead in the water. Some of his preferred candidates had been blown out in races and many major right-wing donors and media had come out in support of Florida governor Ron DeSantis. As Trump announced his run for the 2024 presidential elections, partly to retain political relevance, media interest was so low that even Fox News moved away mid-event from the announcement. And almost half of Republican supporters said they wanted the party to move on from Trump. But then DeSantis's campaign imploded, elites shifted to Nikki Haley, unpopular among the base, and Trump returned as the only realistic option to defeat the Democratic Party, which was now also led by a Black woman.

Aurora Magazine: The 2026 presidential elections in Brazil are expected to maintain a highly polarized political environment, though without the candidate Jair Bolsonaro, who is ineligible. The race will be marked by a segment of the population's fear regarding the potential continuation of Lula and the Workers' Party (PT). Do you believe that this polarization works in favor of far-right candidates?

Cas Mudde: It is extremely risky to predict anything political these days, but certainly elections in such a volatile political context as contemporary Brazil. Who knows what the political context is at that time – given the volatile politics in the U.S. and the possible global ramifications thereof. Still, most interesting will be the first round, rather than the second round. In the first round, the Brazilian far right will probably be quite divided. But in the second round, it will most likely be right against left, with many (if not most) people voting against a candidate rather than voting for one. That means that, irrespective of whom the right-wing candidate will be, either mainstream right or far right, the vast majority of people who vote for a right-wing candidate in the first round will vote for the right-wing

candidate in the second round (as we can also see with the rise to power of José Antonio Kast in Chile).

How that will affect “polarization” remains to be seen. First, the term polarization is problematic and used too broadly and too easily. In most countries there is radicalization on the right, but not (or far less) on the left – both in terms of individual policies and, more importantly, with regard to liberal democracy. So, in ideological terms, there is more right-wing radicalization than (both-side) polarization. However, in terms of emotions, there is growing polarization. We call this affective polarization in political science. What we see is a growing antagonism between people in the left and right camps, who see the other as the enemy or a threat, rather than a legitimate oppo-

nent. Again, this is not a pure both-side phenomenon. In most countries, including in Brazil and the U.S., this started on the right and led to a reaction on the left. Still, this not only makes compromise increasingly difficult between the camps – as this is seen as “betrayal” – but it also weakens support for liberal democracy, as the other camp is seen as illegitimate.

Still, there is a possibility that a democratic right-wing candidate will face off against a far-right candidate and that candidate could run on a “centrist” agenda to bridge the camps (at least partly). To a certain extent, this is how Lula won his last election. That being said, as we see in Brazil today, this is no guarantee for popularity or political success.